



O FÊNOMENO DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL E O CONCEITO DE DIGNIDADE HUMANA: ENTRE OS ESCOMBROS E ESCAMBOS DA ATUALIDADE

Palavras-Chave: POBREZA MULTIDIMENSIONAL; MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO; POLÍTICAS PÚBLICAS

Autores(as):

LIA ROMANHOLI PASSOS (FCA-UNICAMP)

Prof. Dr. LUIS RENATO VEDOVATO (orientador) (FCA-UNICAMP)

INTRODUÇÃO:

Através de uma abordagem materialista histórico-dialética, a presente pesquisa busca evidenciar e compreender historicamente o fenômeno da pobreza até a atualidade que transpassa a condição de insuficiência monetária. Embora a falta de renda seja um dos fatores de grande impacto populacional, a pobreza é um fenômeno que atinge privações de direitos em múltiplas dimensões, e provoca desabamentos profundos para além da superfície financeira. O aprofundamento na temática problematiza, não só uma condição histórica de exclusão da dignidade humana, mas o que a mantém cotidianamente por uma lógica de exploração.

Sob um olhar atento aos processos históricos de exclusão e segregação de tantos indivíduos despejados à margem da sociedade, o esforço de qualificar e quantificar a pobreza multidimensional, surge da constatação que as linhas de pobreza usadas para compreender e medir os brasis enraizados por desigualdades, são imprescindíveis para que se tenha movimentos em prol da garantia de políticas públicas e do conceito de dignidade humana (PIMENTA, 2018).

Durante muito tempo na história, utilizou-se a prática do escambo para trocar mercadorias, sem



Figura 1. "Família Brasileira no Rio" (1812), Jean Baptiste Debret.



Figura 2. "Le Monde Diplomatique Brasil", (2015).

<https://diplomatique.org.br/edicao/edicao-97/>

mensuração de valor de bens, em que era realizada uma simples troca entre duas partes. No entanto, mesmo sem a utilização de moeda e valor de uma permuta, na história do Brasil, o escambo obtinha a aparência de uma simples troca, mas era utilizado como um meio de exploração, injustiça e exclusão da dignidade e direitos dos povos originários (MARCHAT, 1943).

Nessa lógica exploratória, as múltiplas dimensões da pobreza provêm de consequências e movimentos de inter-relações de privação e exclusão de direitos que indivíduos e famílias são silenciados de suas outras necessidades além da insuficiência monetária. Dentre essas carências que também precisam ser atendidas, estão um hall de necessidades básicas, bem como, moradia adequada, direito à alimentação, abastecimento de água encanada e saneamento básico, acesso de serviços de saúde, acesso à educação e informação, permanência na escola e oportunidades de ensino superior profissionalizante. Esse conjunto de variáveis e indicadores são utilizados para identificar a pobreza multidimensional e os grupos que fazem parte dela (UCHÔA DE OLIVEIRA et al., 2021).

Partindo desse contexto, é pertinente destacar o que foi proposto na Constituição Brasileira vigente de 1988, sobre a garantia dos direitos fundamentais, dentre eles a erradicação da pobreza e o combate às desigualdades, sejam elas sociais, econômicas, étnico-raciais e regionais, em prol do conceito da dignidade humana (BRASIL, 1988).

Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, é possível compreender a necessidade do direcionamento da pesquisa e dos métodos de investigação que devem ser aprofundados além do papel e de sua aparência. Isso permite dizer que, ao aplicar a dialética enquanto um materialismo-histórico, as movimentações sociais ao longo do tempo e suas contradições, permeadas por desigualdades e luta de classes, não podem ser analisadas a partir de uma concepção de uma ciência naturalista positivista, neutra e cartesiana. Deve ser interpretada através do movimento da realidade e seus conflitos sociais e cotidianos, para que assim possa enxergar o que está além do espelho, isto é, a essência de tal fenômeno (PIMENTA, 2018).

Nesse âmbito, para analisar e compreender as múltiplas dimensões de pobreza, o materialismo histórico-dialético incide em uma investigação sobre o fenômeno da pobreza multidimensional em sua totalidade, e busca compreender que sua práxis não é definida à priori, mas derivada de construções históricas e sociais. À vista disso, a importância da identificação de grupos atingidos e da privação dessas necessidades, são fundamentais para nortear e orientar a formulação e aplicação de políticas públicas no enfrentamento do problema (PIMENTA, 2018). Posto que, não é apenas a transferência de renda que faz com um indivíduo

que antes era classificado como pobre, deixe de ser assim qualificado pois passou a ter uma renda superior àquela renda que foi pré-estabelecida (UCHÔA DE OLIVEIRA et al., 2021).

Desse modo, a depender do custo de vida do local e dos serviços oferecidos, o indivíduo pode receber um valor monetário referente a representação da linha da saída da pobreza, contudo, ainda pode apresentar uma série de privações. Portanto, mensurar a pobreza de um indivíduo pela sua quantia de renda recebida, é mascarar entre os escombros, outras privações e dificuldades mais profundas enfrentadas cotidianamente (UCHÔA DE OLIVEIRA et al., 2021).

Ademais, é fundamental destacar aqui como o conceito de preferências adaptativas se insere na hipótese de que a experiência de privação enviesa as preferências pessoais, isto é, indivíduos privados de seus direitos adaptariam sua visão sobre o que é necessário para se ter um padrão de vida digno, revelando não possuir alguns itens por não desejar tê-los (UCHÔA DE OLIVEIRA; NANDY; VEDOVATO, 2023).

Por conseguinte, em virtude de uma exploração histórica, há impactos geográficos e étnico-raciais distintos no âmbito da pobreza multidimensional, isto é, as privações se dividem de maneira desigual entre as regiões do país, sendo os mais afetados nas regiões Norte e Nordeste, e negros(as) e indígenas. Em um panorama da pobreza por dimensão, é imprescindível destacar o impacto da pandemia do COVID-19, na falta crônica de alimentação adequada, com a volta do mapa da fome, e que também contribuiu para o aumento das desigualdades étnico-raciais, sendo negros(as) e indígenas os mais afetados (UNICEF, 2023).

Nesse âmbito, a identificação das privações dentro desses grupos, se há ou não e porque, privações econômicas, sociais, se há acesso ou não, e exclusões sociais, é fundamental para focalizar as demandas de cada região. Todavia, a comparação entre os grupos pobres e não pobres, demonstra na pesquisa realizada, que a situação de vulnerabilidade e pobreza não distorce a compreensão do que deve ser de garantia de todos no Brasil. Tal fato alerta para a necessidade de pensar sobre uma outra perspectiva do conceito de preferências adaptativas, tal como, uma das consequências de países que sofreram opressões por invasores (UCHÔA DE OLIVEIRA; NANDY; VEDOVATO, 2023).

Assim, o propósito da pesquisa aqui apresentada busca, então, analisar a partir de um aparato bibliográfico, os impactos multidimensionais que assolam a dignidade humana e as oportunidades de acesso aos próprios direitos de grande parte das famílias brasileiras. Enfatizando a necessidade de um olhar materialista histórico-dialético em que o pesquisador, deve apreender a totalidade da qual a problemática levantada faz parte e identificar os sujeitos históricos a quem essa problemática se refere. Como também, estar atento à realidade e suas possibilidades de transformação, em que, possa existir a oportunidade de transformação por parte do Estado. Acentua-se, assim, a reflexão na formulação e aplicação do papel

indispensável de políticas públicas que atuem de modo mais inclusivo e digno, para que assim cada indivíduo possa desenvolver sua autonomia, subjetividade e participação social (PIMENTA, 2018).

METODOLOGIA:

Para a construção do estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas, através de leituras de livros e artigos científicos relacionados ao assunto, refletindo ideias de autores que obtêm aprofundamento e ampla pesquisa sobre o tema, trazendo uma base teórica para fundamentar a reflexão e pensamento crítico sobre a problemática. A pesquisa foi dividida em três etapas: (1) levantamento bibliográfico e discussão sobre as múltiplas dimensões de pobreza e o conceito de dignidade humana; (2) reflexão e contextualização com embasamento teórico na perspectiva do materialismo histórico-dialético; (3) leitura e análise de questionários, gráficos e tabelas relativas aos grupos focais e abordagem consensual, que apresentam o fenômeno da pobreza multidimensional e desigualdades geoespaciais e de cor/raça no Brasil.

RESULTADOS E CONCLUSÃO:

A pesquisa feita através uma revisão bibliográfica e coleta de materiais utilizados, permitiu tecer seguintes conclusões. Dentro dos grupos que são atingidos com privações, há uma diferença significativa entre as regiões do país, e cor/raça, sendo os mais afetados nas regiões Norte e Nordeste, e negros(as) e indígenas. Logo, tal fato elucida a necessidade de atenção para a formulação e aplicação de políticas públicas para atender essas demandas de privações entre

Crianças e adolescentes com alguma privação, por cor/raça – Pnad Contínua

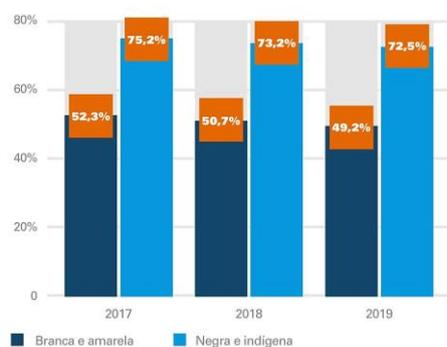
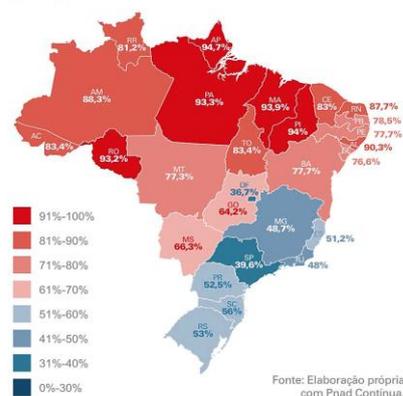


Figura 4. Revista UNICEF, 2023
<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/as-multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>

Crianças e adolescentes com alguma privação em 2019 – Pnad Contínua



ser específicas e distintas de uma região para a outra. Dessa forma, o desamparo que esses grupos estão sujeitos, geram impactos psicológicos que estão entrelaçados com situações de privação e que acarretam o sofrimento mental. A fragilidade e dificuldade do acesso aos direitos às políticas públicas que possam incluir essas famílias, agrava significativamente a possibilidade de tratamento psicológico. Seja por diminuição de investimentos em Sistemas de Saúde Público (SUS), falta de formas de tratamento em psicoterapia, dificuldade de acesso a moradia, alimentação, evasão escolar e alto número de desemprego (UNICEF, 2023).

O desamparo gerado muitas vezes pela falta de um trabalho estruturante, impacta fortemente nas relações sociais e sentimento de identidade e pertencimento de um indivíduo. Portanto, a população que está desamparada sofre também com a diminuição de acessos à tratamentos em prol da saúde mental, uma vez que, é preciso obter a satisfação primeira de necessidades básicas para depois caminhar em direção a saúde mental.

Portanto, a autonomia também depende de um cenário seguro politicamente, que garante e atende a segurança estrutural, física, em obter oportunidades e executar planejamentos, de poder ser e exercer os próprios direitos. Logo, o movimento de mudança do cenário da pobreza multidimensional provém da possibilidade de oferecer estruturas e um alicerce de segurança para que os indivíduos desenvolvam e sejam autores de sua autonomia e não sejam privados de exercer sua cidadania. Implica em investigar uma cicatriz colonial que atravessa o fenômeno da pobreza multidimensional e o que a sustenta em um sistema de trocas.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

MARCHAT, A. Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e indiana colonização do Brasil 1500-1580. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

PIMENTA, J. D. A. O Materialismo Histórico-Dialético: perspectiva metodológica para a pesquisa sobre políticas educacionais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Teresina, 2018. Disponível em: <https://sinespp.ufpi.br/2018/upload/anais/Mzc0.pdf?013147>

UCHÔA DE OLIVEIRA, F.; NANDY, S.; VEDOVATO, L. R. Preferências Adaptativas, Pobreza Multidimensional e Políticas Públicas: Os Contornos da Dignidade Humana. *Direito Público*, [S. l.], v. 19, n. 104, 2023. DOI: 10.11117/rdp.v19i104.6954. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/6954> Acesso em: 10 mar. 2023.

UCHÔA DE OLIVEIRA, F. M., NANDY, S., FERNANDEZ, G. F., DEL VECCHIO, V., ASSIS, A. E. S. Q., & VEDOVATO, L. R. O que os brasileiros pensam ser necessário para que se tenha um padrão de vida digno em seu país? Estudo piloto na cidade de São Paulo. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 4. 2021. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v4.87VAN> PARIJS, P. Basic Income Capitalism. *Ethics*, 102(3), p. 465–484, 1992. <https://doi.org/10.1086/293420>

UNICEF. As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil. Brasil, fevereiro, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/as-multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>